
BREVIÁRIO DE UM MUSEU MUTANTE

Letícia Borges Nedel

Universidade de Brasília* – Brasil

Resumo: O artigo aborda a implantação de um aparato burocrático de gestão da cultura no Rio Grande do Sul, privilegiando a trajetória do Museu Júlio de Castilhos, primeiro museu criado na capital, em 1903. A análise recai sobre os fatores que condicionaram o afastamento da referência naturalista inicial, inspirada no modelo de funcionamento dos museus etnográficos do início do século passado, em direção à adoção de uma perspectiva regionalista de reconstrução do passado, assumida oficialmente no regimento de 1954. Entre 1952 e 1958, sob a direção do historiador e folclorista Dante de Laytano, o museu torna-se trincheira de sócios dissidentes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e núcleo de arregimentação da Comissão Gaúcha de Folclore, representante oficial da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro no estado. Nesse momento ele passa a concorrer na partilha institucional do governo com os tradicionalistas, agrupados em torno do Instituto de Tradições e Folclore, criado em 1954.

Palavras-chave: folclore, memória, regionalismo, Rio Grande do Sul.

Abstract: This paper is about the implantation of a bureaucratic management culture in Rio Grande do Sul – favoring the trajectory of Julio de Castilhos Museum, first museum created in the state at 1903. The analysis is centered on the factors that conditioned the removal of the initial naturalistic reference, inspired by ethnographic museums from the beginning of the XXth Century, towards a regionalistic perspective of past reconstruction - stated officially in 1954's Regiment. From 1952 to 1958, under the direction of the historian and “folk scientist” Dante de Laytano, the museum becomes a resistant point against the partners of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) and a recruiting nucleus for Comissão Gaúcha de Folclore, official representative of Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro in the state. At this moment it starts to compete for the institutional allotment of the government with tradicionalistas, grouped around Instituto de Tradições e Folclore, created in 1954.

Keywords: folklore, memory, regionalism, Rio Grande do Sul.

* Doutoranda em História.

Este artigo aborda a implantação de um aparato burocrático de gestão da cultura no Rio Grande do Sul, analisando parte da trajetória do primeiro museu surgido no estado, também um dos pioneiros do Brasil: o Museu Julio de Castilhos (MJC), criado na capital em 1903, em homenagem ao patrono perrepista morto no mesmo ano. A análise privilegia, particularmente, sua redefinição tipológica entre os anos 1903 e 1954, apontando fatores que condicionaram o afastamento da referência inicial, inspirada no modelo de funcionamento dos museus etnográficos europeus e brasileiros, em direção e à adoção de uma perspectiva regionalista de reconstrução do passado local.

Observando o aparecimento da atividade historiográfica dentro do MJC, e considerando a significação social dessa atividade, a primeira parte desenvolve o argumento de que o discurso histórico emergente na instituição desempenha uma função estratégica de legitimação das elites políticas estaduais. Baseada na autoridade e no rigor exclusivista do cientificismo, a erudição documentária praticada pelos letrados e correligionários perrepistas ao longo dos sucessivos mandatos de Borges de Medeiros manipula uma série de personagens e eventos que, revestidos em sinais diacríticos e deslocados da periferia para o centro dos debates cívicos, constituem a tradição enquanto arma político-partidária. Significa dizer que a memória foi um instrumento permanentemente acionado nos embates que cercaram os rumos da ditadura positivista no estado, e que a criação de um aparato governamental de gestão da cultura coincide com esse processo.

Vista de outro ângulo, a participação efetiva do Museu Julio de Castilhos no circuito de produção intelectual também permite observar marcos importantes quanto à formalização de determinados cânones de apreensão do tempo e do espaço, necessários ao desenvolvimento disciplinar História e das Ciências Sociais no estado. Os princípios expressos nas atribuições, nos modos de organização e nos estilos de atuação do museu ao longo dos seus primeiros 50 anos de existência ressaltam o envolvimento direto das instâncias de saber no domínio das práticas de representação identitária – interessando, nesse caso, particularmente as classificações de origem operadas por agentes especializados no manejo da linguagem – os chamados “homens de cultura”.

A expressão de uso corrente, que designa o apanágio de todos – a “cultura” – como especialidade de uns poucos – uma “elite cultural” – coloca, mais uma vez, o problema da interseção social e política da mediação

desempenhada por determinados grupos “guardiães” da memória coletiva.¹ A gestão da memória, sendo um componente indispensável à vida política das nações e ao manejo, pelas elites letradas, de repertórios simbólicos que impregnam e regem a vida social, converge para a legitimação do Estado e dos grupos que dele participam. A análise dos foros institucionais que abrigam os sujeitos “enquadradores” do passado da região, num sentido de continuidade e coerência² com o presente e com seus habitantes, pode agir então no duplo sentido de assinalar a dimensão simbólica e violenta do exercício da autoridade e do poder, e de iluminar a dinâmica das lutas que precedem a institucionalização de projetos específicos de caracterização regional.

Região, uma “ilusão bem fundamentada”

O passo obrigatório para se estudar os fenômenos de representação é perceber, de um lado, o seu caráter arbitrário e, de outro, seu potencial de realização, “pela própria evocação, [daquilo] que representam” (Bourdieu, 1989, p. 118). Um estudo profícuo do regionalismo implica, portanto, o rompimento da antinomia entre os critérios “subjetivos” e “objetivos” de definição da *região*, incluindo aí a atenção para o caráter performativo e estrategicamente orientado dessas representações (Bourdieu, 1989). Trata-se, em suma, de afirmar o princípio de equivalência entre os objetos históricos, que deixam de ser hierarquizados e dispostos entre o que seria a “ordem subjetiva” do discurso e a “objetividade” das bases materiais da existência. Aqui o “real” não é sinônimo de objetividade, mas de *objetivação*, materializada em atos de apreciação do mundo e nas próprias “coisas” que o compõem.

Conclui-se daí que a *região*, enquanto fenômeno de linguagem, compõe um problema crucial e inseparável das ciências humanas, derivado do fato

1 Sobre isso Bronislaw Baczko demonstrou o quanto a escassez dos bens simbólicos contribui para conferir um sentido estratégico ao controle dos imaginários, tornando-os instrumentos de poder, alvo e arma de disputas acirradas. “As suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos.” (Baczko, 1985, p. 316).

2 “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de *continuidade* e de *coerência* de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (Pollak, 1992, p. 204, grifo meu).

de que o *uso* das palavras comporta inúmeras vezes a naturalização do sentido e, através disso, a legitimação de poderes e a demarcação de fronteiras entre grupo. (Bourdieu, 1989, p. 113-114). Sem entrar no mérito das diferenças de ordem geográfica, político-administrativa, etc., parece certo reter que a categoria impõe um raciocínio analógico, associado à relação parte-todo, e que sua trajetória semântica encontra-se historicamente vinculada ao processo de unificação nacional – sendo esta última assegurada, entre outras coisas, pela combinação de partes (“regiões” e grupos) que integram a unidade política em questão. Partimos então da premissa básica de que o regionalismo constitui-se em uma derivação de uma experiência centralizadora anterior, supondo a disputa entre unidades previamente integradas em um Estado nacional.³

As dificuldades analíticas colocadas pelos usos diversos dessas categorias não são fortuitas. Na verdade o tema lança-nos ao desafio de compreender a própria lógica segmentar do pertencimento, já que por si mesmo interdita supor a exclusividade da identificação patriótica/nacional sobre as outras maneiras pelas quais as pessoas julgam pertencer a determinado lugar. As coisas ficam ainda mais complicadas quando atentamos ao fato de que a legitimidade do *caráter regional* inventado (e inventariado) procede de estratégias discursivas comuns à definição da nacionalidade, em uma lógica ao mesmo tempo integradora e excludente de práticas e personagens sociais específicos. Significa dizer que, ao operarem com as propriedades “originalmente” ligadas à região, os grupos não apenas se definem como diferentes, mas também como desiguais (Karasik, 1994, p. 11).

Nesse sentido, é determinante que a apropriação de determinados referenciais simbólicos, com vistas a afirmar a precedência da identidade territorial sobre outras formas (supraterritoriais) de identificação social, seja reproduzida pelos movimentos autonomistas, que tentam resolver em termos de identidade coletiva interesses particulares, isto é, relativos a grupos específicos. Projetando uma identidade comum a populações e áreas em

3 Esse processo foi assegurado por um vasto aparato estatal comunicativo, inicialmente composto por um corpo burocrático, pelo sistema escolar e pelo advento do capitalismo editorial. Posteriormente, com desenvolvimento da comunicação de massa e a ampliação dos sistemas políticos democrático-liberais, potencializaram-se extraordinariamente a promoção do compartilhamento de modelos culturais e a submissão das partes constituintes ao princípio de unidade que, mesmo assim, não se confunde com homogeneidade pura e simples. (Anderson, 1989).

princípio heterogêneas, e fazendo-o com um grau – pelo menos no caso sul-rio-grandense – de coercitividade equivalente ao da nacionalidade, a região acaba por figurar simultaneamente como uma instância de mediação do patriotismo nacional (Oliven, 1992) e como arma utilizada nas disputas internas e com outras unidades pelo botim do poder central. Assim, longe de manter com o Estado nacional uma relação de puro antagonismo, o discurso regionalista também aposta na complementaridade, pois é na tensão entre os pólos centro *versus* periferia que reside seu trunfo político.

O dado vale como advertência de que a enunciação do pertencimento local não basta a si mesma: além de operar na fenda de um discurso, mas abrangente – onde o particular é hierarquizado em um conjunto de partes cuja soma não se resume ao “todo” – ele concorre com classificações de ordem distinta – como as identidades geracional, de classe ou religiosa, por exemplo.⁴ Por conseguinte, para os termos das análises dedicadas a esses fenômenos importa menos reter a correspondência fática das propriedades de “origem” associadas ao território que entender a dinâmica historicamente contingente pela qual esses “ingredientes” de um lugar acabam sendo submetidos a um princípio de autoridade inviolável, isto é, tornam-se *autênticos*.⁵

A eficácia simbólica da *região* deriva, pois, de um constante ir e vir entre práticas e imagens mentais, remetendo ao processo de formação de uma “consciência nacional”, à vigilância comemorativa, à integração econômica e política entre unidades infranacionais e ao papel de guardiães atribuídos a determinados atores e instâncias de poder. Essas variáveis já de

4 Neste ponto residem seus traços mais arbitrários, mas também aqueles mais “conciliatórios”, como explica Anne-Marie Thiesse: “o regionalismo, definitivamente, ocupa um espaço sem contornos que permite repelir certas opções sem as excluir por inteiro. Não se trata de um conceito, pois que ele contém tudo sem se ligar especificamente a nada além do laço comum onde se projetam aspirações diversas e às vezes contraditórias. O objetivo do regionalismo é o de reconciliar: reconciliar o homem com a natureza, o indivíduo e o Estado, a região e a nação, a tradição e a modernidade.” (Thiesse, 1992, p. 27, tradução minha).

5 Seguindo mais de perto os pressupostos desse discurso, o “autêntico” é tido ali como função aproximativa do “estado de natureza”, isto é, o gradiente de autenticidade de um determinado item cultural aparece como diretamente proporcional à sua presumida proximidade com as relações homem-natureza num determinado tempo e espaço definidos como “originais”. Aqui se exprime um dos princípios caros à história-monumento que confere um papel tão especial à geografia, apelando às determinações do “meio” sobre o “homem”, seja nas concepções do processo ou do ofício histórico. Este apelo ao “natural” serve à fundamentação dos “atavismos” e à transmissão de heranças ligadas ao mito de origem.

saída nos indicam um método de trabalho em que a análise do caso rio-grandense acaba convergindo para o conteúdo afetivo adquirido pelas divisões do espaço, ou, mais precisamente, para a interiorização de determinados atributos que sintetizam os vínculos dos habitantes com o território. Trata-se aqui da construção de uma “temporalidade vivida como busca e reencontro das origens” (Bensa; Fabre, 2001, p. 2, tradução minha). Em termos práticos, a operação engloba a formalização de ancestrais e de uma experiência à comunidade de destino, em narrativas canônicas afiançadas por técnicas documentárias ancoradas em uma concepção de tempo progressivo. Dessa forma as histórias locais constituem novas linhas demarcatórias, especificando um lugar em uma rede de entidades similares, e instalando na sua cronologia própria uma dessincronia com as iguais e com a nação. (Bensa; Fabre, 2001, p. 8-10).

A província na “Era dos Museus”

O perfil definido para o MJC ao tempo de sua fundação está vinculado geneticamente a um movimento mais amplo, inaugurado na Europa no século XVIII, e denominado por Jaques Le Goff (1992) como a “Era dos Museus Nacionais”. O período, marcado pelas conquistas da Revolução Francesa e pelo avanço dos nacionalismos, trouxe a pública disponibilidade dos documentos históricos, fazendo da memória, desde então, “um objetivo e um instrumento de governo” (Le Goff, 1992, p. 463). A (retro)eternidade da nação teve desde aí sua evocação permanente em uma série de lugares-templos dessa identidade, como nos atestam a gênese dos museus e da noção de *patrimônio*,⁶ além do próprio aparecimento da História, como empresa racional. Esses *lugares* (Nora, 1984) funcionavam como espécies de recursos mnemônicos que apelavam à unidade da experiência nacional, retendo dela certos atributos. Neste sentido, a diferença fundamental dos museus dessa época para com os antigos “gabinetes de curiosidades” é que agora as coleções adquirem o sentido de *patrimônio*, propriedade não mais de nobres admiradores em câmaras fechadas, mas pertencentes aos povos e disputadas pelos Estados.

Essa reconstrução do passado sob o viés nacional delegou novos poderes e uma diversidade de meios à função da memória na sociedade

6 Ver Chastel (1986) e Poulot (1992).

ocidental, com maior ênfase nas propriedades de registro. Na centúria seguinte, o movimento se expande: ainda segundo Le Goff, o Oitocentos abre uma “explosão do espírito comemorativo”, mergulhado na lógica de uma inédita “civilização da inscrição” que se apropria de novos suportes, como moedas, medalhas, selos e monumentos públicos, multiplicando-os (Le Goff, 1992, p. 464). Simultaneamente a isso, as elites letradas, unidas por redes de comunicação epistolar, impressa e de reconhecimento mútuo em escala internacional, procedem a incursões históricas, literárias e etnográficas que conferem o ritmo e a economia das trocas simbólicas entre as nações ocidentais, tendo servido como ponto de partida de um comércio identitário amplificado pela voga das Exposições Universais, a partir da primeira delas, realizada em Londres, em 1851⁷ (Thiesse, 1999, p. 208).

A história do Museu Julio de Castilhos começa, como a de muitos outros, ligada ao espólio deixado por uma dessas Exposições. Sob a ditadura positivista dos republicanos, Porto Alegre teve participação assegurada no circuito das grandes feiras, construindo seu próprio “espaço de dramatização visual do moderno” (Abreu, 1996, p. 63). Segundo a lenda oficial, o presidente do Estado, Julio de Castilhos, teria tido então a idéia de criar um museu a partir da reunião de 360 exemplares de minérios do Rio Grande do Sul, exibidos na Exposição Agropecuária de 1901. A feira, situada no Campo da Redenção, procurava mostrar a viabilidade econômica do estado e de sua capital frente às outras unidades federativas, à época o principal mercado de consumo da produção sulina.⁸

Entretanto, a criação efetiva ocorreria somente após a morte do suposto idealizador quando, em 30 de janeiro de 1903, Antônio Augusto Borges de Medeiros assina o Decreto 589, prevendo a instalação do “Museu do Estado” tendo em vista

7 Anne-Marie Thiesse nota que já a partir de 1878 as exposições passam a contemplar verdadeiros vilarejos etnográficos, pelos quais os países participantes se fazem representar. Segue-se então um pressuposto universalista não mais hierarquizado em termos meramente evolutivos, mas recuperando o princípio de igualdade entre as nações, tal qual formulado por Herder ao final do século XVIII (Thiesse, 1999, p. 197).

8 No período imperial as exportações do Rio Grande do Sul se endereçavam principalmente para outras partes do Brasil, inclusive as mercadorias enviadas das Missões e da Campanha para o Rio da Prata, que eram reexportadas para as cidades litorâneas brasileiras. Na Primeira República o estado permaneceu com sua economia orientada para o mercado brasileiro: entre 1910 e 1930, dois terços a três quartos das mercadorias que cruzaram suas fronteiras foram vendidas para outros estados do Brasil (Love, 1975, p. 19, 133).

a manifesta conveniência de reunir e classificar os produtos naturais do Rio Grande do Sul e todos os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico de seus primitivos habitantes, de colecionar os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico e bem assim os produtos de ciências, indústrias e artes modernas e documentos históricos.⁹

As coleções iniciais, guardadas numa sala da Escola de Engenharia, foram então transferidas para três galpões da feira existentes no Campo da Redenção.

Memória regional e republicanismo

Integrado no movimento de criação dos museus científicos internacionais – que, segundo Lilia Schwarcz (1993, p. 67), teriam servido de inspiração à *Era Brasileira dos Museus*, entre os anos 1890 e 1915 –, o MJC pode ser considerado uma instituição relativamente precoce, levando-se em conta sua localização periférica e o período da administração dos diretores-cientistas que incrementaram a pesquisa etnográfica no Rio de Janeiro, no Pará e em São Paulo.¹⁰ De fato, boa parte do prestígio desfrutado por ele, até pelos menos os anos 1960, teve a ver com sua anterioridade em relação aos outros órgãos culturais criados no Rio Grande – e a tal ponto que, meio século depois de ter seu nome trocado para Museu Julio de Castilhos, continuou conhecido como Museu do Estado entre frequentadores, administradores e intelectuais.

Permanecendo por um largo período o único museu existente, como não poderia deixar de ser, ao longo de mais 50 anos de atuação o MJC estabeleceu objetivos e ações segundo conceitos diversos. Seu caráter

9 Decreto Estadual n. 589, de 30 de janeiro de 1903 (Arquivo do Museu Julio de Castilhos).

10 Batista Lacerda, no Museu Nacional (1895-1915); Herman von Ihering (1894-1916), no Museu Paulista, e Emilio Goeldi (1893-1907), no Museu Paraense Emilio Goeldi. Lilia Schwarcz ressalta que, embora as datas de criação dos três principais museus brasileiros dessa época variem em relação aos congêneres europeus – Museu Nacional (criado em 1808), o Museu Paraense Emilio Goeldi (em 1866) e o Museu Paulista (em 1894) – “os períodos de gênese são basicamente os mesmos”, em função das dimensões do trabalho desenvolvido por esses diretores. Por outro lado, poder-se-ia argumentar a situação também periférica do museu paraense. É claro, entretanto, que sua localização em plena área amazônica, aliada ao desenvolvimento econômico da região com o ciclo da borracha, conferiram-lhe uma posição estratégica para o desempenho das funções de um museu de história natural, assim como para o contato com naturalistas estrangeiros. Ver Schwarcz (1993, p. 70, 258).

“mutante” fica bem exposto quando comparados dois marcos de sua trajetória: o da fundação, em 1903, como um museu enciclopédico, prioritariamente dedicado à “História Natural”, e o momento de redefinição tipológica, em 1954, quando demarcou para si as de museu histórico, priorizando o folclore e o estudo das tradições “pátrias” e rio-grandenses. Só então fica estabelecida a exclusividade de seus atributos: o museu desvincula-se do Arquivo Histórico e desmembra suas coleções de História Natural e Arte Moderna, que dariam origem ao Museu de Ciências Naturais (atual Fundação Zoobotânica), ao novo Arquivo Histórico e ao Museu de Artes do Rio Grande do Sul, criados no mesmo ano.

No entanto, a “precocidade” que aparentemente se poderia creditar à sua fundação torna-se relativa quando observamos ter o MJC sucedido a pelo menos duas tentativas locais de criação de museus provinciais, outras duas tentativas de fundação de institutos históricos e geográficos e ainda de um arquivo, durante o Império.¹¹ De acordo com Almeida (1983, f. 38), as causas para a transitoriedade dessas iniciativas deveriam ser buscadas na

[...] natureza periférica e provinciana da vida cultural de uma região que tivera, desde as suas origens, seu desenvolvimento econômico e social restrito pelos limites do mercado nacional, e para a qual uma associação desta natureza não se configurava, ainda, como um instrumento de afirmação política intra ou inter-regional.

Realmente, o panorama das obras publicadas na província até a década de 1880 (marco de intensificação da campanha republicana no estado) revela uma produção, além de rarefeita, pouco identificada com a “causa” regional. Tampouco o inventário desse passado estava próximo de se constituir como um saber especializado, reconhecido por regras e procedimentos comuns. Até então, seus maiores incentivadores eram os viajantes estrangeiros e os funcionários da Coroa, cuja missão era a de,

11 Segundo Marlene Medaglia Almeida (1983), a primeira notícia que se tem da existência de um museu no Rio Grande do Sul refere-se ao ano de 1862, e está associada ao efêmero Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGSP), fundado em 1860 e extinto em 1863. Além do projeto de um museu contíguo ao IHGSP, sabe-se do Decreto 1549, que em 17 de dezembro de 1885 previu a criação de um museu provincial, mas que, ao que tudo indica, não chegou a existir de fato. Por outro lado, o IHGSP também não representou o primeiro esforço de instalação, na província, de um congênere do IHGB. Durante o governo Sinimbu (1852-1855) chegou a ser escolhida a diretoria para a agremiação, desmantelada com a partida do então presidente da província (Almeida, 1983, f. 37).

incrementando o conhecimento da formação histórica, da geografia e das riquezas naturais do interior do país, contribuir para o estreitamento dos vínculos das províncias com a corte, e para a marginalização dos poderes periféricos.¹² Por conta do projeto de centralização político-administrativa implantado com a consolidação da monarquia, resultados efetivos no campo institucional da memória na província ficaram adiados para o século e o regime de governo seguintes, como demonstra a interdição legal à tentativa de criação do Arquivo Provincial, em 1850.¹³

Foi, de fato, somente com o advento da República que o problema da ausência de órgãos destinados à guarda dos vestígios materiais da *província* pôde ser superado, com a instalação de museus, arquivos e de um Instituto Histórico patrocinados pelo executivo estadual. A instalação do Museu do Estado, em 1903, seguida pelo surgimento da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca,¹⁴ em 1906, representam o primeiro passo nesse sentido.

Enquanto o museu atuou inicialmente dentro de uma perspectiva mais naturalista, o arquivo teve como objetivo inicial

coligir conservar e classificar sistematicamente, não só os documentos relativos à legislação e à administração do Estado, da União e dos Municípios, e os concernentes à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul, mas ainda os documentos de venda e cessão de terras, os autos findos de jurisdição contenciosa, inventários, medições, livros de notas, registros de testamentos, nascimentos, casamentos e óbitos. (apud Almeida, 1983, f. 142).

12 Essa abordagem unitarista de apreensão dos espaços regionais é particularmente visível nos levantamentos históricos e geográficos do interior, veiculados pela revista do IHGB, principalmente a contar da década de 1840 (Guimarães, 1988, p. 21).

13 Tal iniciativa fora tomada pela Assembléia rio-grandense, que inseriu na lei do orçamento 1848-49 uma disposição especial relativa à criação de um arquivo público provincial (lei n. 150, de 5 de agosto de 1848). Entretanto, logo a seguir, a lei n.199, de 5 de dezembro de 1850, art. 3º, parágrafo 3, determinou a sua extinção, justificada pelo fato de que o governo imperial, através de regulamento de 2 de janeiro de 1838, já havia criado uma repartição com a mesma atribuição (Almeida, 1983, f. 141).

14 Pelo regulamento baixado com o decreto n. 876, de 8 de março, assinado por Antônio Augusto Borges de Medeiros. Até 1925 o Museu seguiria com a mesma estrutura interna fixada no regulamento inicial, enquanto que as repartições de Estatística e Biblioteca Estadual seriam desanexadas do Arquivo Público em 1909, formando órgãos autônomos. Em 1913, pelo decreto n. 1994, de 19 de junho, o próprio arquivo seria desdobrado em três seções distintas: a primeira responsável pelos arquivos administrativos; a segunda, pelas seções geográfica e histórica; e a terceira, pela parte de documentação forense.

Ao contrário do Arquivo Público, que desde o início teve suas atividades vinculadas à pesquisa histórica, no Museu do Estado o primeiro diretor, Francisco Rodolfo Simch,¹⁵ procurou obedecer o compasso das demais instituições do gênero no Brasil.¹⁶

Se na variante brasileira dos “museus etnográficos europeus” a urgência em construir uma ordem social pós-escravista impunha algumas especificidades (Schwarcz, 1993), no caso rio-grandense somou-se a isso o papel cumprido por um *lugar de memória* fundado em plena ditadura republicana. Nesse plano, o dado determinante é que o regime positivista implantado por Julio de Castilhos e continuado por Borges de Medeiros acabava de se consolidar, oito anos após o término de uma sangrenta guerra civil que dizimara cerca de 1% da população do estado.¹⁷ Tanto a morte do patriarca ditador suscitava a construção de um monumento destinado à difusão de sua herança política, como a própria guerra civil de 1893 já tinha dado origem a uma série de “heróis” militares republicanos para serem transformados em mártires civilizadores.

Para isso, o lugar escolhido não podia ser mais adequado: em 1905 o Museu do Estado se transfere para o sobrado em que Julio de Castilhos residira com a família, e que lhe havia sido doado por subscrição dos correligionários. Dois anos depois, tem aprovado seu regulamento, recebendo o nome do “patriarca” em “homenagem ao benemérito patriota, atendendo aos inolvidáveis serviços prestados pelo extinto rio-grandense Dr. Julio de Castilhos em prol do Museu do Estado, instituição a que ligou o maior interesse e de que foi o iniciador”.¹⁸

Por esse tempo, cabiam ao museu muitas outras atribuições além da heroificação dos vultos republicanos, como se vê pela orientação

15 Simch dirigiu o MJC de 1903 a 1925, com um intervalo entre 1919 e 1922, quando assume interinamente o preparador Hugo Debiasi.

16 Pondo em prática uma concepção de ciência que primava pelo ordenamento, hierarquização e classificação das sociedades em termos do cumprimento das etapas evolutivas que as conduziram até a civilização, como se sabe os museus etnográficos nacionais procuraram respostas “científicas” ao problema da multiplicidade “racial” do país. Configurando-se como entrepostos para os profissionais estrangeiros, e supondo, além disso, uma estreita analogia entre as ciências do homem e a biologia, essas instituições ajudaram a transformar o país num “imenso laboratório”. Ver Schwarcz (1993, p. 93).

17 Segundo Love, (1975, p. 77), 10 mil a 12 mil mortes numa população estimada em 1 milhão de habitantes.

18 Decreto n. 1140, de 19 de julho de 1907 (Arquivo MJC).

enciclopédica de sua organização interna. Ele subordinava-se à Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras Públicas, e o regulamento baixado pelo Secretário Eng. José Pereira Parobé constituía-o de quatro seções: *zoologia e botânica*; *mineralogia, geologia e paleontologia*; *antropologia e etnografia* e, finalmente, a seção de *ciências, artes e documentos históricos*. Embora já desempenhasse funções celebrativas vinculadas à figura de Julio de Castilhos, o museu permanecia a maior parte do tempo com as portas fechadas ao público, recebendo pesquisadores estrangeiros e fornecendo pareceres técnicos (principalmente à Secretaria de Obras), sem contemplar a função museográfica. Os processos de compra de acervo histórico eram os mais escassos, já que a maior parte das peças eram doadas pelo próprio governo. Assim a quarta seção – composta de máscaras mortuárias, sinetes, homenagens, coroas de flores em bronze, panfletos, bustos e retratos de republicanos – destinava-se basicamente ao armazenamento de presentes celebrativos recebidos ou produzidos pelo executivo estadual, sem que houvesse qualquer tratamento cronológico ou temático desses objetos em exposições.

Nos primeiros anos, o MJC norteava-se por esse duplo referencial, de evocação do passado e de descoberta e aplicação dos métodos “científicos” que consubstanciariam o “progresso intelectual e tecnológico” do Rio Grande. Não obstante, a desproporção mesma entre o número de três seções voltadas para as ciências físicas e biológicas (ou “positivas”, segundo a ortodoxia positivista), e uma única para *ciências, artes e documentação*, mostra que o lugar ocupado pela História era todavia indefinido. Na verdade as atribuições de subsídio à pesquisa nessa área pareciam vincular-se, dentro da partilha institucional do governo, mais à seção histórica do Arquivo Público – cujo regulamento desde 1909 já previa a edição uma revista própria,¹⁹ dedicada à transcrição de documentos – do que ao museu, restrito a “receber e dispor metodicamente todos os produtos recentes ou não, das ciências, indústrias e artes que lhe forem distribuídos [e] ordenar sistematicamente selos, estampilhas, sinetes, emblemas, moedas, etc. que o museu adquirir”.²⁰

19 Embora só viesse a fazê-lo a partir de 1921, quando sai o primeiro número da *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*.

20 “Regimento Interno do Museu do Estado”, em *História do Museu Julio de Castilhos* – documento anexo ao relatório expedido pelo então diretor do Museu, Derly Chaves, à Secretaria da Educação e Cultura, 1966 (Arquivo MJC).

Dito isso, desde o período de sua fundação até a década de 1920, o MJC pode ser visto como uma instituição predominantemente enquadrada na categoria dos museus “de História Natural”. Nele, como em outros congêneres próximos, “o etnográfico se dava no marco de um naturalismo global, que aspirava a revelar cientificamente geologia, flora, fauna e antropologia [de] múltiplas áreas [ainda] desconhecidas”.²¹ Quanto aos povos indígenas, interessava o conhecimento biológico e, na melhor das hipóteses, lingüístico. Seu futuro dificilmente importaria na medida em que os presumiam condenados à assimilação pela cultura ocidental dominante.²²

História e pedagogia cívica

A substituição dessa referência naturalista em prol de uma perspectiva histórica ocorreu aos poucos. Ela acompanhou a dispersão, pelo país, de uma rede de associações eruditas referenciadas no IHGB,²³ e, em nível local, o estabelecimento de novos espaços de especialização intelectual, além das flutuações discursivas da retórica política *regionalista*. Assim, a dimensão dos espaços ocupados pelo que então se entendia a disciplina histórica entre as diversas atribuições atinentes ao museu converge para os embates entre intelectuais na definição dos rumos, critérios e condições de delimitação de um saber especializado, de sua função celebrativa e da nova posição assumida pelo estado na política nacional. Nesse sentido, é significativo que ao se voltar para a história o MJC tenha-se associado, em 1921, ao recém-criado Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) – uma instituição privada que, no entanto, mereceu os préstimos e o reconhecimento do poder público.

É em 1925 que o museu dá essa primeira guinada. Dois fatos foram de fundamental importância para que isso ocorresse: primeiro, a

21 É interessante assinalar a existência de um certo paralelismo entre a trajetória do museu rio-grandense e a dos primeiros museus argentinos, onde a importação dos referenciais científicos europeus foi sucedida pela investigação folclórica, “talvez a única especialidade que não excluiu de seu programa a colocação em prática – ressignificados – de alguns costumes que estudava e cuja vigência, em parte, reivindicava, [oferecendo, assim,] matéria-prima para os movimentos tradicionalistas.” (Ratier; Ringuelet, 1997, p. 11, tradução minha).

22 Sobre as concepções que orientavam os primeiros estudos etnológicos no estado, ver Maciel (1997).

23 A multiplicação das academias de eruditos pelos estados enquadra-se exatamente no processo de formação das elites provinciais, que delas participam como forma de notabilidade.

incorporação da seção histórica do Arquivo Público e, em segundo lugar, a parceria com o instituto. Este último nasceu estreitamente vinculado ao Arquivo Público estadual. Criado em 1920 em sessão inaugural solene no salão nobre da Intendência Municipal, instalou-se provisoriamente na sede própria do arquivo, compartilhando com ele seus mentores. Com isso, o arquivo passou também a sistematizar a informação das documentações que guardava, e depois da transferência da Seção Histórica do Arquivo Público para o MJC, em 1925, a parceria se estendeu às três instituições. A partir daí, os profissionais incumbidos de sistematizar as informações documentais passaram a circular pelos cargos de diretoria dos três órgãos, diversificando as linhas de atuação do museu, enquanto o compartilhamento do espaço físico, dos funcionários, da biblioteca e dos arquivos criava uma situação de extrema funcionalidade para o exercício historiográfico.²⁴

Nesse plano, a ênfase na perspectiva da integração procurava adequar as leituras do passado *regional* às relações políticas do estado, internamente e com a Federação, no contexto dos efeitos da chamada “crise dos anos 20” sobre a economia sulina, e das novas demandas políticas resultantes da pacificação entre federalistas e republicanos depois de 1923. Distantes os tempos de isolacionismo castilhistas, os autores reelaboram as “teorias da fronteira”, deixando de justificá-la nos termos da especificidade radical do Sul em relação ao todo nacional, mas partindo da visão de que, sendo o Rio Grande do Sul “guardião do território nacional”, ele era também o único em condições *morais* de governar o país.

Enquanto isso, administrativamente, o museu tentava adequar-se às mudanças que, na prática, impuseram-se de imediato. Ainda em 1925 ele se desliga do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras, passando à tutela da Secretaria do Interior. Francisco Rodolfo Simch, que o dirigia desde a fundação, passou ao Arquivo Público (até então a cargo de Florêncio de Abreu), enquanto o literato Alcides Maya, que até então comandava o arquivo, assumiu a direção do MJC. Sua estrutura interna também foi redefinida, passando a constar de duas seções: uma de História Nacional (liderada pelo arquivo, com diretoria própria) e outra de História Natural (mantendo a classificação e análise das coleções paleontológica, etnográfica e botânica).

24 O primeiro trabalho conjunto incluiu uma série de debates para a organização da seção de História Nacional, entre dezembro de 1925 até novembro do ano seguinte, pautando os padrões e métodos na pesquisa a ser desenvolvida. Ver Duarte (1928, p. 181).

A parceria com o arquivo e o instituto compreendia “pareceres históricos” sob encomenda do executivo estadual e das municipalidades para a fixação de “efemérides”, além da publicação de revistas e realização de congressos. Dentro dessas novas atribuições, a principal realização foi a organização conjunta das festividades do Centenário Farroupilha, em 1935, quando se adquiriu grande número de peças relacionadas com o evento.²⁵ As festividades também são um marco importante quanto ao reconhecimento público do papel do historiador e da pesquisa histórica no Rio Grande do Sul. Além de proporcionar a mais intensa mobilização de recursos públicos até então destinada à área cultural, o I Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense sistematizou as temáticas e abordagens oficiais do que desde então passou a ser nomeado “epopéia” farroupilha, evento em torno do qual gravitou a produção bibliográfica que havia sido esboçada nas décadas anteriores.

Os assuntos abordados nas “teses e memórias” apresentadas no congresso tinham como fios condutores básicos dois assuntos: primeiro, a “formação do Rio Grande do Sul” e, dentro disso, o legado e causas da Revolução Farroupilha. No primeiro caso tratava-se de provar a incompatibilidade entre o caudilho platino e o gaúcho brasileiro, herdeiro dos costumes republicanos “da ordem e do trabalho”. No segundo caso, celebrava-se o sentido integrador da “rebeldia” farrapa, legitimando a projeção política do Rio Grande.²⁶ Assim, a concepção predominante entre os historiadores reformulava a tese das especificidades históricas ligadas à condição limítrofe do estado, circunscrevendo o problema da fronteira ao papel desempenhado na preservação da “unidade portuguesa na América”.

25 Além da verba especial para aquisição de acervo, foram recebidas pelo arquivo doações de documentos importantes, como cartas de Bento Gonçalves, Antônio de Souza Neto e João Antônio da Silveira, entre outros, tratando das operações bélicas durante a revolução. Paralelamente, a Seção de História Nacional determinou ao conservador do MJC, o pintor Luiz Curia, a produção de uma série de quadros em homenagem ao Centenário, que repassavam os cenários das principais batalhas farrapas, para serem expostos e vendidos no “estande cultural” da exposição (Alegorias..., 1935).

26 Essa posição foi, logo após ascensão de Vargas, ratificada por Aurélio Porto, primeiro oficial do museu chamado pelo antigo colega de porta da livraria do Globo, Getúlio Vargas, para trabalhar nos arquivos do Itamaraty. Lá, Porto trabalharia sobre o processo movido contra os farroupilhas, arrolando nomes de mineiros, paulistas, catarinenses e até de um tio de Duque de Caxias que teria participado do movimento. Ver, a propósito do congresso e de Aurélio Porto, Nedel (1999, cap. 3).

Se o Rio Grande do Sul resultava diferente do resto do país era porque tinha sido a única região a *optar* pelo Brasil, sacrificando-se pela guarda do território e pela instalação da república.

Nas obras dos congressistas esse princípio se expressa gramaticalmente no acréscimo do adjunto “luso-brasileiro” ao gentílico “gaúcho”, impondo o desdobramento temporal e geográfico do significado dado à palavra em um sentido uruguaio e argentino (*gaucho malo*, caudilho), e outro luso-brasileiro (tropeiro). Os sentidos eram balizados pelos diferentes modelos políticos inscritos na evolução histórica dos territórios (Américas espanhola e portuguesa), bem como em torno do papel desempenhado por diferentes grupos na construção das respectivas nacionalidades. O contraste concentrava-se na forma fragmentada das repúblicas platinas onde, correspondentemente, os gaúchos *malos* teriam sido o meio e o próprio fator de risco no processo de afirmação das unidades nacionais. O sentido “nobilitante” da palavra no estado brasileiro (ou na parte sul da América portuguesa, como se dizia) seria a extensão histórica do papel desempenhado não pela “chusma”, mas pelas elites de um Estado nacional suficientemente forte para penetrar no extremo territorial e lhe impor o necessário “equilíbrio social” (Rodrigues, 2002, f. 319-320).

Assim, as mesmas décadas de 1930 e 1940 que marcaram a culturalização da imagem, desde aí massificada, do *cadinho racial brasileiro* em outras partes do país, representaram no âmbito local o momento de afirmação de um modelo historiográfico que recalcava as presenças castelhana, negra e imigrante na formação do Rio Grande. Enquanto em outros estados a mestiçagem era revertida em elemento positivo capaz de distinguir o tipo brasileiro diante das nações civilizadas, a historiografia local – ocupada que estava em nacionalizar (e republicanizar) a memória farroupilha – passava ao largo dos temas “quentes” de pesquisa surgidos nesse processo.²⁷

Ainda a propósito, também no ano do centenário a Constituição Estadual previu a criação de um Conselho de Educação no estado. A Secretaria de Educação e Saúde Pública (Sesp), entregue ao historiador

27 Dante de Laytano, uma das raras exceções a essa regra, deixou em suas memórias um testemunho significativo do desinteresse dos colegas locais por um assunto central em outras partes do país. Ver Laytano (1986, p. 62). Outras apreciações da questão podem ser conferidas em Maciel (1997) e Oliven (1996).

Othelo Rosa (também vice-presidente do IHGRS), teve acrescidas nos anos seguintes suas funções normativa e fiscalizadora, participando das ambigüidades²⁸ da política varguista no contexto precedente à Segunda Guerra Mundial, e ajudando a implementar a política de repressão às colônias suspeitas de adesão ao nazismo. O MJC é mais uma vez chamado a participar desse processo, quando, em 1937, Dante de Laytano, até 1936 funcionário da Seção de História Nacional do museu, é designado assessor do secretário da Educação e Cultura, Coelho de Souza, incorporando-se à tarefa de sanar “a necessidade de nacionalização integral dos jovens brasileiros de origem alemã” (apud Gertz, 1980, p. 219).²⁹

Depois de vinculado, em 1938, à Secretaria de Educação e Cultura, em 1943 o MJC tem finalmente seu regulamento adequado às novas funções que passara a desempenhar desde 1925. Embora mantivesse a subdivisão em duas seções, seus objetivos afastam-se daqueles traçados no primeiro regimento, privilegiando a atuação da área que originalmente ocupava o menor espaço na estrutura interna. Esse novo regimento fixa, pela primeira vez, a função museográfica como uma atribuição do museu, destinado a “catalogar, colecionar e expor, sistematicamente, documentos concernentes à História e Geografia, relíquias históricas, arqueológicas e artísticas do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul”.³⁰

Durante o Estado Novo, a secretaria nomeia para a direção do órgão o médico, jornalista e pedagogo carioca Emílio Kemp.³¹ Sob o comando deste, a política de atuação volta-se preferencialmente ao público, ao contrário do que ocorria antes disso, quando a maior parte do expediente era

28 Segundo Gertz, para favorecer a política externa, a partir de 1933 o governo brasileiro e especialmente o rio-grandense apoiaram manifestações de nacionalismo alemão de tal forma que “ser contra o Terceiro *Reich* podia ser motivo de perseguição”; em fins de 1937 essa política muda radicalmente, inserindo-se no projeto de valorização da cultura nacional e de preocupação com a penetração do nazismo nas colônias de imigrantes. (Gertz, 1980, p. 209).

29 O depoimento prestado por Dante de Laytano, em 1980, dá uma versão um tanto atenuada do que foi a campanha de nacionalização, que compreendeu, além da ampliação dos quadros do magistério e da rede pública escolar, a proibição do ensino e de publicações em língua alemã. Ver Laytano (1983, p. 598-599).

30 “Da Natureza e Fins do Museu Julio de Castilhos” – capítulo primeiro do *Regimento Interno do Museu Julio de Castilhos*. Porto Alegre, Secretaria de Educação e Cultura, 1943 (Arquivo MJC).

31 Emílio Kemp foi nomeado diretor do Museu em 23 de março de 1939, cargo em que permaneceu até 1950, quando se aposentou.

interno e o trabalho dirigia-se principalmente à pesquisa, transcrição e catalogação de documentos. Desde então uma intensa preocupação pedagógica norteia suas atividades, que incluem visitas guiadas para estudantes e exposições com parte do acervo transferida para as escolas estaduais e particulares.

Significativamente, os anos anteriores à administração de Kemp – tempo em que revezaram as direções do MJC e do arquivo, Alcides Maya e Eduardo Duarte – foram retomados mais tarde, na administração Laytano (1952-1960), como o “período áureo” do museu. Com a junção temporária, este tinha acrescido o reconhecimento da sua importância, um pouco à sombra do arquivo e do IHGRS, mas – o que é importante – concentrando em sua sede os registros documentais, os historiadores e a pesquisa. Contudo, à proibição (pelo governo federal) da *Revista do Museu e Arquivo Público* já em 1930 e à transferência do IHGRS para sede própria – mais tarde doada pelo governo do estado – seguiu-se a implantação de diretrizes pouco “acadêmicas” de atuação pela Secretaria de Educação e Cultura. A partir da década de 1940, o museu perdia para o IHGRS o *status* de centro de produção e discussão dos parâmetros de interpretação histórica, sofrendo, ao mesmo tempo, um tremendo esvaziamento dos quadros profissionais no departamento de História Nacional.

Anos 1950: o folclore, entre “ciência” e tradição

Em vista dessa crise de legitimidade intelectual experimentada pelo MJC durante o Estado Novo é que Dante de Laytano vai fixar suas diretrizes na administração seguinte (1952-1960). Sob sua direção, o museu volta a ser palco de intensos debates intelectuais, reedita sua revista (de 1952 a 1959) e participa do surgimento de outras instituições do gênero. Além disso, passa a treinar um corpo de profissionais que não contavam com formação específica, integrando-os a uma rede de pesquisadores articulados em uma campanha nacional em prol da elaboração de um identidade científica para os estudos folclóricos, cuja representação local (também chefiada por Laytano) é oficiosamente abrigada no museu.³²

32 Em nível federal, a movimentação foi coordenada pela Comissão Nacional de Folclore (CNFL), fundada em 1947 e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Sua organização como parte da convenção internacional de criação da Unesco representou a partida rumo a um enérgico esforço em prol da institucionalização desses

Sob esse aspecto é marcante que, no improviso com que funcionava um museu com poucas verbas e poucos recursos humanos, a dinamização das atividades tivesse sido alcançada graças ao acionamento dos vínculos pessoais e profissionais do diretor, àquela altura já um intelectual bastante conhecido dentro e fora do Rio Grande do Sul. No entanto, quando a nova direção procura restabelecer o padrão “acadêmico” das atividades, a cena institucional rio-grandense já se encontrava em pleno processo de expansão, aumentando a concorrência com outras instâncias de produção cultural.

O primeiro fator complicador foi a criação de uma Divisão de Cultura dentro da SEC, em 1954, com a redefinição da matéria atinente a cada órgão do governo.³³ Além de determinar o desmembramento das coleções de arte, história natural e arquivo do MJC, a criação de organismos culturais pela reforma acarretou a introdução, no circuito institucional, de redes de reconhecimento que escapavam ao controle de Laytano. Se até então o MJC tinha de se haver com um único tradicional competidor pela legitimidade no enquadramento da memória oficial do estado (o IHGRS), a partir da reforma e da incorporação do tradicionalismo à esfera governamental, a disputa tornou-se mais acirrada. A separação do arquivo em si mesma já significou um estreitamento do âmbito de atuação, mas a criação do Instituto de Tradições e Folclore, cuja direção foi entregue a tradicionalistas,³⁴ reduziu mais ainda as perspectivas.

estudos no Brasil, repontado em momento estratégico e intermediário dentro do desenvolvimento das ciências sociais. No âmbito sul-rio-grandense, os mandatários oficiais da coordenação reuniam-se em torno da Comissão Estadual de Folclore (CEF), fundada por Laytano em abril de 1948.

33 A Divisão de Cultura da SEC foi criada por sugestão do então secretário José Mariano Beck, e sancionada pela lei n. 2345, de 29 de janeiro de 1954. No total, a lei criou também mais sete estabelecimentos: a Biblioteca Pública Infantil, o Instituto Estadual do Livro, o Instituto de Estudos Científicos e Filosóficos, a Discoteca Pública, o Museu de Artes, o Museu de Ciências Naturais, e mais outro especificamente voltado à área onde atuava Laytano – o Instituto de Tradições e Folclore.

34 Realmente, a criação do ITF foi o prenúncio de uma derrota para Laytano. Embora o diretor do museu, junto com Reinaldo Moura, Athos Damasceno Ferreira e Manoelito de Ornellas, tivesse sido inicialmente consultado pessoalmente pelo secretário de Educação para indicar um nome à chefia da Divisão de Cultura, isso não foi suficiente para o controle das nomeações posteriormente estabelecidas pelo indicado. A opção do grupo consultado havia recaído sobre a figura de Ênio Freitas e Castro, musicólogo gaúcho, amigo pessoal de Laytano e membro da Comissão Estadual de Folclore. Entretanto, o próprio secretário da Educação e o novo chefe da divisão também mantinham relações próximas com um “arquiinimigo” do diretor, seu rival número um na cena intelectual porto-alegrense, o folclorista e

Portanto, esse processo de alargamento do gerenciamento governamental da memória não foi pacífico. No IHGRS, ele acompanhou-se do enfraquecimento em autoridade dos “pareceres” fornecidos ao Estado, de uma grave crise financeira que comprometeu as condições materiais de funcionamento e, finalmente, de uma série de turbulências e cisões entre os sócios, que geraram sucessivos debates repercutidos pela imprensa. Dentro da associação disputavam, àquela altura, diferentes modelos de interpretação da história regional. É notável o embate entre o padrão nacionalista, autodidata e documentalista posto em prática desde a década de 1930, com um referencial culturalista emergente, que representava a tentativa de satisfazer novas exigências colocadas pelo desenvolvimento das ciências sociais e dos parâmetros de pesquisa em discussão no centro do país. Nesse percurso inscreve-se a penetração no Rio Grande do Sul dos objetivos e referenciais defendidos pelo autodenominado “Movimento Folclórico”, cuja coordenação em nível nacional foi estudada por Rodolfo Vilhena (1997).³⁵ Como demonstra em seu trabalho, na década de 1950 o folclore se constituiu num projeto disciplinar de grande repercussão no país, representado uma opção a mais no espectro da pesquisa social da época. Apesar disso, o assunto acabaria obliterado da memória das ciências sociais acadêmicas, depois de sistematicamente submetido às críticas da Escola Paulista de Sociologia e Política, e à imposição paralela de novas chaves explicativas da desigualdade brasileira, baseada em conceitos como “subdesenvolvimento” e “dependência”.

A proposta de complementaridade entre a pesquisa histórica e os estudos de folclore no estado procurava dar conta de imperativos específicos, que não caberiam nas dimensões desta análise. Defendida dentro do IHGRS por Laytano, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, ela

tradicionalista Carlos Galvão Krebs. Para decepção de Laytano, este foi o indicado a presidir o ITF, contando com o auxílio técnico de Antônio Augusto Fagundes. Desde sua criação ficou estabelecida a rivalidade total entre as duas repartições (MJC e, dentro dele, a CEF *versus* ITF), que disputavam a produção de pesquisas folclóricas no estado. Sobre isso, consultar Nedel (1999, f. 190 e *passim*).

35 O período 1948-1964 registra, de um lado, a maior movimentação de intelectuais já havida em torno do tema, sua disposição clara de ultrapassar o saudosismo, o diletantismo e o isolamento personalista da literatura até ali produzida sobre folclore, e inaugura, paralelamente, um processo de degradação semântica da palavra, *pari passu* à marginalização da matéria nas universidades.

bateu de frente contra a ala dominante, representada por nomes como Othelo Rosa (até seu falecimento, em 1956), Moysés Velhinho, Guilhermino César e Eurico Rodrigues. Estes estavam longe de nutrir simpatias pela matéria, como pode ser deduzido pela manifestação, por ocasião do “caso Sepé”,³⁶ de um certo desdém pelo domínio descrito como “popular” da apreensão dos “fatos históricos”, quando lançam o argumento de que não se confunde o peso patriótico de Tiaraju com o domínio das lendas e superstições.

As oposições e rivalidades entre o MJC e o instituto fizeram com que, para pôr em prática a aliança entre a história, o “culto à tradição” e a “coleta do anônimo”, o diretor buscasse novos parceiros. Dante de Laytano chama então, para se integrarem aos trabalhos, os nomes que estavam ou marginalizados dentro do IHGRS ou fora do grupo, além de políticos e eruditos do interior do estado e dos recém-chegados jovens do tradicionalismo, Barbosa Lessa e Paixão Cortes. No entanto, o “casamento de conveniência” com os tradicionalistas logo se dissolveria.

De fato, interpunham-se entre folcloristas eruditos e os aprendizes do tradicionalismo diferentes critérios de avaliação da autenticidade das manifestações “populares” regionais. Se para o segundo grupo a tônica era a encenação e a vivência do que julgavam ser o modo de vida da campanha, para o primeiro grupo a questão mostrava-se mais problemática. Por essa época, os “acadêmicos” do “Movimento Folclórico” vinham procedendo, em congressos, reuniões e publicações, a intensos debates sobre a formulação teórica do objeto de suas análises e do campo disciplinar onde deveriam inserir os seus estudos. Um dos critérios utilizados foi o caráter *espontâneo* das manifestações, o que derivou em longas discussões e em atitudes ambíguas de parte da Comissão Nacional com respeito à conveniência de se estimular a *intervenção pública* sobre as práticas culturais “populares”, considerando-se o risco de sua desfiguração. Assim, depois de um começo cordial entre jovens “aprendizes” e “mestres” experimentados nas atividades intelectuais, inicialmente bem impressionados com a valorização cívica da terra natal pela juventude, estes passam em seguida a acusar as imprecisões, os excessos e o “exclusivismo particularista” do *regionalismo* preconizado pelos primeiros, desde então apelidado “gauchismo”.

36 Sobre a polêmica a propósito da inclusão de Sepé no panteão heróico regional, ver Bernardi (1980).

Entre os tradicionalistas, que não escondiam a visão instrumentalizada que detinham dos saberes, dos quais lançavam mão para criarem espetáculos de “projeção folclórica” a serem repetidos em escolas e CTGs, a preocupação aparecia de maneira invertida: tratava-se de impor, a despeito de todo o investimento intelectual necessário à concretização de seus objetivos de “revitalização” cultural do Rio Grande, uma identidade *popular* e informal aos participantes. Os “novatos”, que falavam em nome de um movimento social de extrema visibilidade e amplitude – e que, além disso começavam a concorrer nos postos públicos da cultura e no mercado editorial –, constituíram então um segundo foco geracional de tensão entre os mediadores do *regionalismo*.

Nesse sentido, a atualização do regimento parece ter sido formulada como instrumento (embora precário) de preservar ao MJC o estatuto oficial de espaço de formulação das pesquisas folclóricas, já que os tradicionalistas vinham “escapando” ao controle³⁷ da comissão. Daí também que a conquista inicial que representou para os folcloristas mais jovens a criação e a tomada de posse do Instituto de Tradições e Folclore, em 1954, deva-se também àquela instituição ter servido de atalho para se incorporarem às atividades promovidas pela CNFL sem ter de passar pelo crivo da comissão estadual, que desde então reprovava o chamado “carnaval gaúcho” no Rio Grande do Sul.

Uma vez vitoriosa a proposta *popular* e a assunção (ao menos publicamente) de uma identidade antiacadêmica para o movimento, a

37 As tentativas de controlar as atividades dos tradicionalistas Barbosa Lessa e Paixão Cortes, incorporado-os às atividades e aos referenciais de trabalho da comissão, estão freqüentemente documentadas na correspondência do MJC. A título de demonstração, podemos citar os comentários de Dante de Laytano a Renato Almeida sobre a dificuldades encontradas com Paixão Cortes: “PAIXÃO. – Vou dizer o seguinte: a respeito do nosso Serge Lifar dos pampas. Ficou de fazer uma exposição de quadros gaúchos e coisas do Rio Grande no Instituto Norte-americano e não apareceu, os originais do seu Manual de Danças que vamos editar não consegue sair das mãos dele para a oficina, fá dar um espetáculo de danças no encerramento da Semana do Rio Grande na Faculdade de Filosofia e não apareceu, etc. [...] Tenho dois cães de guarda em cima dele. A correspondência para o Paixão deve vir para o Museu do Estado, em meu nome [...] Falamos disso depois.” (Of. 430, de 20 de julho de 1954, a Renato Almeida. Arquivo do Museu Julio de Castilhos/Correspondência Expedida 1954, v. 2, AP 1032). “5º Agruras Tenho as minhas agruras na Comissão local. O Othelo Rosa bancando o Sílvia Julio Galvão, o Krebs a Marisa Lira e agora o Paixão, rapaz inteligente, bom coração, belo caráter, mas se deixando levar pelos outros.[...]” (Of. 541, sem data, a Renato Almeida. Arquivo MJC/CE 1955, v. 2, AP 1034). A partir de 1956, Laytano deixa de aceitar os convites de CTGs para palestras e festividades.

pesquisa folclórica nesse âmbito apropria-se da produção dos concorrentes mais velhos para quebrar a linearidade até então obedecida na transmissão das heranças intelectuais. Ao fazê-lo, rompem-se também os níveis segmentares de alteridade enunciados até aqui. Retomando o debate aberto por Ruben Oliven (1992, p. 92-93) quanto às raízes urbanas ou rurais do tradicionalismo, uma das hipóteses consideradas é a de terem esses agentes construído uma memória diaspórica, isto é, marcada pela adaptabilidade a situações de êxodo social. Esse tipo de situação não só foi vivenciado por muitos dos fundadores – tendo o exílio na cidade grande assinalado a ruptura entre as origens e os destinos sociais e políticos daqueles jovens – como desde meados do século XX passou a impor-se com maior frequência às populações do interior em nome das quais esses mesmos autores falavam, sujeitas que estavam à migração para as periferias urbanas e à corrida pela abertura de frentes agrícolas em outras regiões brasileiras.

Desse modo, a experimentação cotidiana da *tradição*, a partir de um repertório ditado pela celebração midiática e ritual da identidade da fronteira, reconstrói uma memória regional sensível, portátil e privativa, isto é, incorporada por sujeitos individuais compromissados com a “permanência” de um passado imaginário no presente de suas próprias vidas. Essas mesmas práticas de adesão e reprodução de determinados atributos da regionalidade também conferem ao espaço *local* uma capacidade de descolamento geográfico, que desde aí prescinde da mediação da nação para projetar o pertencimento *gaúcho* “em qualquer chão”, tomando ao pé da letra o lema de fundação do 35 CTG.

Para concluir, pode-se dizer que a despeito da ampliação da esfera de atuação do museu, e de sua participação ativa em movimentos intelectuais nacionais e projetos financiados pela Unesco na década de 1950, Dante de Laytano não logrou garantir para o MJC o monopólio da gestão pública do patrimônio folclórico local. Além da crescente “ascendência” do tradicionalismo sobre as políticas culturais, uma série de fatores contribuiu para isso. Entre eles, o caráter oficioso e pessoal das ingerências a que o MJC vinha se arrogando no campo institucional. A influência do diretor sobre tombamentos e restaurações de prédios e logradouros, transferências de acervo e assessorias à criação de museus (escolares, tradicionalistas, municipais e ou particulares do interior) estavam permanentemente expostas à contingente solução de continuidade a partir, por exemplo, da simples troca

de governo, ou de “patrocinadores” – diretores/presidentes do Sphan, Ibecc, Comissão Nacional de Folclore, entre outros.³⁸ Não por acaso, o governo de Leonel Brizola assinala o rompimento dos canais de viabilização de projetos dentro da Secretaria de Educação e Cultura. Finalmente, a introdução dos conceitos de “fato folclórico” e das interpretações inspiradas em uma história “cotidiana” da província, segundo as sugestões de Gilberto Freyre, não tiveram, dentro do acervo do museu, o alcance desejado. Não só os técnicos encontraram grandes dificuldades em trabalhar museograficamente sobre o tema, cujo acervo material era restrito, como a proposta de recuperação erudita do “popular” parecia não encontrar respaldo dentro do MJC, historicamente voltado à exibição de personagens militares e políticos insígnies.

Referências

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

ALEGORIAS farroupilhas. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 20 set. 1935. Edição Farroupilha, p. 5.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

38 Dante de Laytano tanto considerou essa hipótese que, quando em 1956 lançou entre seus “amigos ricos” (industriais, rotarianos, políticos, etc.) a subscrição para a construção de um prédio anexo ao MJC, manifestou a intenção de instalar uma sala destinada ao exercício permanente da delegacia regional do patrimônio (como consta em pedido feito ao diretor do Sphan). Simultaneamente, para que a SEC executasse o projeto, a justificativa de Laytano foi a falta de espaço para alocar a coleção de armas Mário Martinez, que supostamente incluiria uma cláusula condicionando a doação da coleção à reforma do museu, o que não correspondia à verdade, já que a referida cláusula não consta no termo de doação. De qualquer forma, como já dissemos acima, o governo proibia a construção de prédios públicos com dinheiro de particulares, de maneira que tais planos ficaram mesmo nas intenções do diretor. (Of. 544, de 7 de agosto de 1956, a Rodrigo M. F. de Andrade. Arquivo MJC/CE 1956, v. 1, AP 1035; Of. 640, de 16 de agosto de 1956, a Rodrigo M. F. de Andrade. Arquivo MJC/CE 1956, v. 1, AP 1035; Of. 453, de 2 de fevereiro de 1956, a Liberato Salzano da Cunha, SEC. Arquivo MJC/CE 1956, v. 3, AP 1037, Caixa 001).

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Portuguesa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BERNARDI, Mansuetto. *O primeiro caudilho rio-grandense*: fisionomia do herói missionário Sepé Tiaraju. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Sulina, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 107-132.
- BENSA, Alban; FABRE, Daniel. *Une Histoire à soi*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2001.
- CHASTEL, André. La notion de patrimoine. In: NORA, P. (Org.). *Les lieux de mémoire*: v. 2: la nation. Paris: Gallimard, 1986. p. 405-450.
- DUARTE, Eduardo. Da opulência do Arquivo Histórico Rio-Grandense. *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 20, p. 163-183, jun. 1928.
- GERTZ, René E. O integralismo na zona colonial alemã. In: GONZAGA, S.; DACANAL, J. H. (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 195-233.
- GUIMARÃES, Manoel. L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- KARASIK, Gabriela A. Fronteras de sentido en el Noroeste: identidades, poder y sociedad. In: KARASIK, G. A. et al. *Cultura e identidad en el Noroeste Argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994. p. 7-14.
- LAYTANO, Dante de. [Depoimento prestado no Painel "Novas Perspectivas Educacionais"]. In: ANAIS do Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 597-599.
- LAYTANO, Dante de. *Mar absoluto das memórias*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- LAYTANO, Dante de. *Folclore do Rio Grande do Sul*: levantamento dos costumes e tradições gaúchas. Caxias do Sul: Educus, 1987.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

- MACIEL, Maria Eunice de Souza. Primeiros caminhos, primeiros olhares. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 215-231, nov. 1997.
- NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História)–PPG História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: NORA, Pierre: *Les lieux de mémoire*: v. 1: la République. Paris: Gallimard, 1984. p. XV-XLII. (Bibliothèque Illustrée des Histoires).
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, I. B. (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POULOT, Dominique. Le patrimoine universel: un modèle culturel français. *Revue de Histoire Moderne et Contemporaine*: pour une Histoire Culturelle du Contemporaine, Paris, n. 39, p. 29-55, 1992.
- RATIER, Hugo E.; RINGUELET, Roberto. La Antropologia Social en la Argentina: un producto de la democracia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 10-23, nov. 1997.
- RODRIGUES, Mara C. de Matos. *A institucionalização da formação superior em História da UPA/URGS – 1943 a 1950*. Dissertação (Mestrado em História)–PPG História, Instituto de Filosofia e CiênciasHumanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- THIESSE, Anne-Marie. L'invention du régionalisme à la Belle Époque. *Le Mouvement Social*. Paris, n. 160, p. 11-32, juil./sept. 1992.
- THIESSE, Anne-Marie. *La creation des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

Recebido em 16/11/2004
Aprovado em 31/03/2005